

**A REFLEXIVIDADE EM REDE:
RAMIFICAÇÕES ALÉM DO AQUI-E-AGORA DA PESQUISA ACADÊMICA**

*Reflexivity as a networked process:
Ramifications beyond the here-and-now of academic research*

*La reflexividad en rede:
Ramificaciones más allá del aquí y ahora de la investigación académica*

Claudia Fonseca
Doutora em Sociologia, Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
E-mail: claudialwfonseca@gmail.com

Áltera, João Pessoa, Número 18, 2024, e01801, p. 1-16.

ISSN 2447-9837



RESUMO:

Aprofundando a ideia da reflexividade em rede à luz da teoria feminista, proponho que a ideia de saberes parciais e situados de Haraway (1995) deriva sua densidade da percepção do conhecimento como algo produzido não por indivíduos, e sim por processos coletivos. Nestas circunstâncias, a própria reflexividade aparece como um processo em rede – compondo-se e recompondo-se no bojo de relações dinâmicas. Minha proposta se enriquece com a incorporação da “lógica de cuidado” elaborada por pesquisadores como Bellacasa (2010) e Mol (2008; 2010), com o intuito de levar a preocupação com resultados pragmáticos para dentro da própria produção do conhecimento. A partir desse recorte teórico-metodológico, relato a experiência, intensificada durante a época da pandemia, de uma proliferação de debates on-line entre pesquisadores, gestores e profissionais engajados em atividades de intervenção voltada para os serviços brasileiros de proteção à infância.

PALAVRAS-CHAVE: Reflexividade. Restituição da pesquisa. Ética da pesquisa. Trabalho em rede.

ABSTRACT:

Inspired by feminist theorists, I elaborate in this essay on the idea of reflexivity as network, suggesting that Haraway’s (1995) idea of partial and situated knowledge derives its density from the perception of knowledge as something produced not by individuals, but rather by collective processes. In these circumstances, reflexivity itself appears as a networked process – composed and recomposed within ongoing relationships. My proposal is enriched by the incorporation of a “logic of care”, elaborated by researchers such as Bellacasa (2010) and Mol (2008; 2010), that implies carrying the concern with pragmatic results into the production of knowledge itself. From this theoretical-methodological perspective, I revisit my experience, during the years of Covid, with the proliferation of online debates between researchers, policy-makers and professionals engaged in intervention activities aimed at Brazil’s child protection services.

KEYWORDS: Reflexivity. Devolution of research results. Research Ethics. Networking.



RESUMEN:

Profundizando en la idea de reflexividad en red a la luz de la teoría feminista, propongo que la idea de Haraway (1995) de conocimiento parcial y situado deriva su densidad de la percepción del conocimiento como algo producido no por individuos, sino más bien por procesos colectivos. En estas circunstancias, la reflexividad misma aparece como un proceso de red, que se compone y recompone dentro de relaciones dinámicas. Mi propuesta se enriquece con la incorporación de la “lógica del cuidado”, elaborada por investigadores como Bellacasa (2010) y Mol (2008; 2010), para llevar la preocupación por los resultados pragmáticos a la propia producción de conocimiento. Desde esta perspectiva teórico-metodológica, relato la experiencia, intensificada durante la pandemia, de proliferación de debates en línea entre investigadores, gestores y profesionales involucrados en actividades de intervención dirigidas a los servicios brasileños de protección de la infancia.

PALABRAS CLAVE: Reflexividad. Restitución de la investigación. Ética de la investigación. Trabajo en red.



DA REFLEXIVIDADE À RESTITUIÇÃO

Desde a “Virada reflexiva” que revolucionou o campo da antropologia no final do último século, arrancando-nos definitivamente do torpor confortável das tradições colonialistas, a reflexividade consta como palavra-chave da disciplina. Ela evocou, inicialmente, o efeito em espelho que ocorria quando o pesquisador, expulso dos territórios “exóticos” que esperava desbravar, encontrava-se repatriado, tendo que dirigir sua lente analítica para a cultura do seu próprio quintal. Logo afloraram discussões em torno da noção do sujeito, focadas particularmente no encontro de subjetividades diversas durante a pesquisa de campo, e os jogos ambíguos da auto e alteridentificação (Marcus, 1998). Pesquisadoras feministas estavam entre as primeiras pessoas a insistir que essas discussões deveriam ir além de considerações pós-modernas sobre a fragmentação do sujeito para adentrar as profundas repercussões epistemológicas de uma abordagem reflexiva na ciência em que o pessoal, o conceitual e o político encontram-se inevitavelmente imbricados (Gregorio Gil, 2006; Rostagnol, 2018).

À medida que roía a distinção simplista entre pesquisas básicas e pesquisas aplicadas, o “engajamento” – antes visto como uma preocupação sobretudo das ciências “aplicadas” – passou a ser ressignificado em termos de “posicionamento” (Haraway, 1995). Elemento basilar de uma nova filosofia de ciência, a definição do “lugar de fala” passou a ser dever de reflexão de todo pesquisador, carregando implicações não só para práticas de intervenção, como também para o teor do próprio conhecimento. Com esse processo reflexivo desembocando no reconhecimento de “saberes parciais”, o pesquisador vê ameaçado seu lugar de autoridade privilegiada do saber. Caem por terra antigos pressupostos sobre a “óbvia” beneficência da ciência ocidental. Declara-se uma nova era em que as hierarquias (até mesmo as próprias fronteiras) entre sujeito e objeto de análise são problematizadas, tornando os objetivos, a ética dos procedimentos e as políticas de divulgação da pesquisa sujeitos a repetidas renegociações. Nesse contexto, a questão da “restituição” no sentido amplo, tal como proposta para debate pelos organizadores do presente dossiê, tornou-se um assunto incontornável.

Contudo, ao esclarecer os termos de meu título (“reflexividade em rede”), cabe um alerta quanto aos limites de minhas ambições. Não pretendo adentrar os ricos e estimulantes debates sobre o mundo cibernético (Segata; Rifiotis, 2016). Inspirada nos trabalhos de Latour (2005) e outros autores dos estudos da ciência e tecnologia, penso a ideia de redes nos termos de uma abordagem teórico-metodológica propícia para o mapeamento de conexões entre os elementos heterogê-



os – humanos e não humanos – que compõem nossos mundos. Parte integrante do próprio procedimento investigativo, não se trata de algo dado e claramente delineado (a realidade esperando para ser desvelada), mas de um instrumento forjado pela própria pesquisadora, com articulações frágeis e heterogêneas que embaralham os dualismos clássicos – inclusive a tradicional divisão entre sujeito e objeto de pesquisa (Rohden, 2012).

Antes de tudo, porém, evoco essa noção para sublinhar a dimensão *coletiva* da reflexividade, chacoalhando concepções arraigadas no senso comum. Desde nosso amigo Descartes e seu “Cogito ergo sum”, nossa linguagem e nossas imagens descrevem a reflexão como algo que se passa no recinto fechado de uma cabeça... como se as ideias jorrassem diretamente do crânio de algum indivíduo genial. (Não seria por isso que nós professores somos tantas vezes confrontados com estudantes que, para explicar a falta de referências bibliográficas em seus trabalhos, dizem com total sinceridade: “Professor, procurei, mas não encontrei nada relevante para o meu trabalho”?) É como se o cientista devesse ser um desbravador, um pioneiro com *insights* totalmente autônomos, desvelando segredos que ninguém antes dele conseguiu enxergar. Na sua busca entusiasta por uma experiência do tipo Indiana Jones, os neófitos deixam de entender que a única esperança de produzir ideias originais é por meio da reflexão em rede, isto é, a partir de um bom conhecimento de tudo que veio antes acrescido de interlocuções contínuas no presente.

Certamente, essa figura romântica do pesquisador solitário (em geral masculino) já foi desmistificada décadas atrás, desde as primeiras críticas pós-colonialistas a Malinowski e seus contemporâneos (Gupta; Ferguson, 1997). De fato, com o desmoronamento da aldeia como foco metodológico, as análises antropológicas têm embaralhado os mundos do local e global, multiplicando os sujeitos/objetos de pesquisa e, por extensão, desafiando imagens simplistas dos jogos “intersubjetivos” envolvidos na investigação. Contudo, ainda há relativamente pouca reflexão sobre visões alternativas à concepção hiperindividualista do empreendimento científico – isto é, sobre o processo coletivo de encenação, estabilização e revisão necessário para produzir respostas convincentes aos problemas que se apresentam (Latour, 2005, p. 138). Aqui, colocamos a teoria feminista a serviço dessa visão “alternativa”, sugerindo que a ideia de saberes parciais e situados de Haraway (1995) deriva sua densidade justamente de uma percepção do conhecimento como algo produzido não por indivíduos e sim por operações relacionais e, por extensão, coletivas. É nesse sentido que a própria reflexividade aparece como um processo em rede – compondo-se e recompondo-se no bojo de relações dinâmicas.

A elaboração de minha proposta se enriquece pela incorporação de mais um



elemento – a “lógica de cuidado” tal como elaborada por autoras como Maria Puig de la Bellacasa (2010) e Annemarie Mol (2010). Nessa abordagem de uma ética feminista¹ de pesquisa, o “cuidado” – *care*, no sentido de “se importar” – é trazido para dentro da produção do conhecimento. É porque as pesquisadoras se importam com as realidades estudadas que dirigem seus estudos para possibilidades de agir e intervir, assim como para a avaliação e reavaliação do impacto de suas pesquisas. E, tal como Mol nos alerta, é impossível fazer isso sem confrontar de cara as dúvidas, as hesitações, justamente aquilo que dá *tilt* diante de nossos modos usuais de entender a “boa ciência” e seus resultados desejados: “Quem quer melhorar suas práticas de [cuidado] deve estar sempre à espreita de tensões, fricções, problemas” (Mol, 2010, p. 227).² Deve estar atento a lugares e situações em não existe uma coerência tranquila entre as várias (e possivelmente conflitantes) versões do cuidado adequado.

Juntando os elementos elencados até agora – reflexividade, rede e cuidado –, sugiro que não há melhor maneira para analisar essas tensões e para a pesquisadora se posicionar entre normatividades conflitantes do que seguir o que chamo os rastros da pesquisa, isto é, suas ramificações no espaço e no tempo para fora do aqui-e-agora do momento acadêmico. Uma pesquisa quase sempre traz alguma forma de repercussão. A visibilidade que conferimos a certas instâncias da realidade provoca consequências, planejadas ou imprevistas, antes de tudo para nossos interlocutores. Ao versar sobre esse “fall-out” da pesquisa, as análises tendem a se focar, com toda razão, na participação e reação direta dos interlocutores. Entretanto, tal como Knauth e Meinerz (2015) nos lembram, já que nossos estudos são geralmente formulados para melhor entender as dinâmicas em certa coletividade, os resultados não são necessariamente transponíveis para casos individuais. Assim, os resultados podem muitas vezes fazer pouco sentido para as pessoas que foram diretamente envolvidas. Nesse caso,

As estratégias que permitem ampliar o impacto do estudo para além dos indivíduos que participaram diretamente do estudo parece[m] ser uma boa alternativa para um retorno mais efetivo dos resultados, ou seja, para que estes achados possam de fato melhor[ar] [...] a vida das pessoas (Knauth; Meinerz, 2015, p. 2665).

Em outras palavras, o impacto mais duradouro de nossos estudos pode ocorrer através do retorno *indireto*, isto é, quando passa pela intermediação de gestores ou profissionais que, a partir dos dados da pesquisa, formulam políticas de interven-

1 Identifico-me com o campo de estudos feministas no sentido apontado por Mol: “O feminismo que pratico aqui não procura avançar a causa das ‘mulheres’, tanto quanto interferir nas categorias de nossa compreensão (social) do mundo” (Mol, 2008, p. 99; ver também Rostagnol, 2018).

2 No original: “Those who want to improve the practices in which they work, should be on the lookout for tensions, frictions, problems”



ção para uma categoria ou um setor da população. Tal perspectiva coloca o desafio de levar a análise de nossa responsabilidade ética perante nossos parceiros de pesquisa mais longe, para a disputa em debates multidisciplinares pela legitimidade das evidências etnográficas e sua importância na definição de políticas de intervenção.

Para que os dilemas colocados acima se concretizem de forma mais clara, proponho agora pensar a devolução em forma de “rastros da pesquisa” (reverberações de nossos trabalhos na esfera extradisciplinar e a longo prazo) a partir de uma experiência concreta – a minha –, focada na área temática de proteção à infância.

O LUGAR DO PESQUISADOR? ENTRE ALIADOS E PLATEIAS

Para ser coerente com minha proposta, devo esclarecer meu próprio “lugar”. Sou uma professora universitária branca com 76 anos, nascida nos EUA, residente do Sul do Brasil há décadas. Passei os últimos anos entre dois campos de estudo bastante diferentes: o estudo dos afetados por hanseníase e os serviços de proteção à infância. Seja qual for meu objeto, tento formular minhas pesquisas de maneira a levar “alteridades paroquiais” para dentro das discussões transdisciplinares onde podem ter uma participação consequente no mundo ao nosso redor. Sem dúvida, tal como muitos leitores, ambiciono fazer o que Maluf e Andrade (2017) chamam de “antropologia implicada”, me importando com a realidade sob estudo e acompanhando o desenrolar de acontecimentos bem além do fim da pesquisa.

Desde o início das minhas pesquisas sobre dinâmicas familiares em grupos populares, circulo em diferentes fóruns de discussão – jurídicos, médicos, escolares e outros – participando de debates sobre o bem-estar de crianças em situação de vulnerabilidade. Já estava familiarizada e um tanto cética quanto ao uso crescente das neurociências nos debates sobre políticas públicas de proteção à infância, mas foi a partir de um congresso no México em 2017 que passei a me inquietar mais. No evento, organizado pelo governo mexicano para subsidiar a formulação de uma nova lei de adoção, dirigido antes de tudo a gestores e legisladores, vi aparecer em três palestras diferentes o mesmo *slide*. A imagem, anunciada sempre como fruto de novas descobertas científicas, colocava lado a lado as ressonâncias magnéticas de dois cérebros, ambos (o título do *slide* nos informa) de crianças de três anos de idade – um cérebro descrito como “normal”, o outro, bem menor, como resultado de “negligência extrema”. Apesar de os palestrantes virem de países diversos, de especialidades disciplinares diferentes, e até de estarem falando de práticas profissionais em situações bem distintas, seu uso da imagem parecia transmitir a mesma conclusão:



qualquer criança que não vive numa família “estruturada” em termos financeiros e emocionais corre o risco de sofrer terríveis danos cerebrais. Semeava-se, assim, a dúvida se muitas famílias pobres não representariam ambientes tóxicos e, nesse caso, se não haveria um imperativo moral de deslocar as crianças para uma família adotiva o mais rápido possível.

Eu, por outro lado, estava lá para afirmar, a partir de pesquisas etnográficas em grupos populares brasileiros, a normalidade de padrões familiares diversos. O que inibia o pleno desenvolvimento dos jovens nos bairros pobres – eu sugeria – não era falta de estrutura familiar, muito menos cérebros atrofiados, e, sim, a escassez de serviços públicos de qualidade – creches, escolas, postos de saúde, lugares públicos recreativos etc. Mas, para ilustrar meus argumentos, levei apenas narrativas, histórias singulares, fotos de algumas famílias – evidências que pareciam ficar ofuscadas atrás do brilho persuasivo daquela imagem dos cérebros. Eu senti um certo desconforto, mas não era simplesmente que a autoridade da medicina parecia eclipsar qualquer outro argumento.³ Minha inquietação era exacerbada pela suspeita de que a medicina em questão se apoiava em uma ciência de segunda ou terceira categoria. Estranhava o uso descontextualizado daquela imagem. Parecia-me que precisávamos saber mais detalhes sobre a pesquisa original em que estava baseada: qual a tecnologia usada? Quais os critérios de recrutamento de sujeitos? Tinham sofrido que tipo de negligência? No entanto, tendo realizado uma rápida consulta antes mesmo do congresso mexicano, já sabia que não havia como responder à maioria dessas perguntas pois a imagem, exposta uma única vez numa sessão de pôsteres durante determinado congresso de neurociências, nunca tinha sido publicada numa revista científica de reconhecido mérito. A falta desses suportes rotineiros de um sólido argumento científico não impedia, no entanto, que este artefato visual – a imagem desses dois cérebros colocados lado a lado – exercesse um enorme poder de convencimento quanto aos supostos danos cerebrais “irreversíveis” que tantas crianças – abandonadas, mal-amadas, ou vivendo em abrigos – estavam sofrendo.

Fiquei perplexa diante da maneira como esse vestígio de uma ciência popular, sem conexão demonstrável com os problemas sendo discutidos, tinha se tornado o recurso central nesses debates sobre a adoção de crianças. Procurando ir além da simples indignação, entrei num processo de autorreflexão que envolvia perguntas éticas fundamentais. Como deveria me manifestar nos debates daquele congresso? Qual seria meu dever ético de pesquisadora? Devia publicamente chamar a atenção para o que me parecia a falta de relevância da imagem e o caráter duvidoso de sua presença naquele contexto? Ou deveria – por enquanto – permanecer calada, procu-

3 Maluf e Andrade (2017) descrevem um desconforto semelhante diante dos discursos epidemiológicos que parecem minimizar a importância dos argumentos antropológicos.



rando entender o que aquela imagem poderia me ensinar sobre o lugar de meus próprios conhecimentos dentro da polifonia do debate multidisciplinar? Enfim, como eu poderia usar essa oportunidade para melhor definir meu posicionamento enquanto cientista social no cenário das políticas públicas?

Para não mergulhar em uma polêmica contraproducente, resolvi pensar um pouco mais antes de me manifestar. Naquele momento de hesitação, fui instigada por Jaqueline Ferreira e Elaine Brandão a participar de um debate sobre a reflexividade na pesquisa (Ferreira; Brandão, 2021). Decidi “arregaçar as mangas”, aceitando o desafio de aprofundar meu estudo sobre a produção e os usos da imagem neurocientífica que tanto me incomodava. Somente após realizar esse sistemático trabalho analítico eu ousaria entrar em lugares específicos do debate com razoável confiança sobre minha contribuição.

Eu já tinha elaborado uma primeira reflexão sobre essas questões em diálogo com uma ética feminista de pesquisa (Fonseca, 2019) quando uma nova experiência, dessa vez em um colóquio em Porto Alegre sobre proteção à infância, me obrigou a acrescentar um novo elemento à reflexão sobre o posicionamento do pesquisador: a heterogeneidade de nossas plateias. Houve uma cena em que, tal como nas ocasiões anteriores, um conferencista – dessa vez uma especialista jurídica – projetava um slide com aquela inevitável imagem de cérebros atrofiados. Contudo, ela mal tinha terminado sua fala sobre crianças supostamente danificadas pela experiência de acolhimento institucional quando uma técnica de abrigo pediu a palavra para expor suas objeções. Frisou como ela e seus colegas dedicavam diariamente tremendos esforços para criar um ambiente de estímulo carinhoso para os bebês sob sua responsabilidade. Sua profunda indignação vinha da sensação de que aquela imagem não só menosprezava o seu trabalho, como, antes de tudo, projetava uma imagem completamente preconceituosa das próprias crianças, criando estereótipos racistas, classistas e capacitistas sobre suas possibilidades futuras. O desabafo desta mulher foi aplaudido de pé pela plateia. Admirada, pensei quão eloquente era o estilo da testemunha, quão convincente a autoridade moral dessa mulher com seus anos de experiência vivida no cotidiano do serviço assistencial. E percebi naquele instante: quão importante era me lembrar de que eu estava situada dentro de uma rede junto de aliadas como ela. Tive que reconhecer que, em vez de procurar ser a vanguarda da crítica, às vezes minha contribuição poderia ter mais impacto se canalizada através ou junto de atores situados diferentemente na rede.

Aliás, pouco tempo depois, ao realizar um levantamento bibliográfico tradicional, descobri que existia uma linha robusta de pesquisa – particularmente na Inglaterra e no Canadá – que, bem antes de mim, estava produzindo análises críticas sobre a



presença dessa neurociência trêmula nos discursos e políticas públicas sobre a infância (Dumit, 2004; Gillies, Edwards e Horsley 2017; Kjørholt e Penn, 2019; Lee, Bristow, Faircloth e Macvarish, 2014; Macvarish, Lee e Lowe, 2014; Macvarish, 2016; Penn, 2011; Rose, 2013; Williams, 2014; Scheidecker, 2023). A inquietação desse conjunto de cientistas sociais (psicólogas, sociólogas e educadoras) – muito além de uma disputa por legitimidade entre diferentes saberes acadêmicos –, é dirigida para consequências bem concretas: a promoção de políticas públicas que possam enriquecer a vida de crianças e adultos, ao mesmo tempo que combatem desigualdades de toda natureza. E, justamente para garantir um espaço em que essas políticas possam prosperar, esses pesquisadores consideram de importância fundamental “limpar o ar” de perspectivas baseadas em estereótipos de raça e classe – aquelas que projetam imagens reforçando os preconceitos eugenistas que pesam tradicionalmente sobre setores já desfavorecidos da população, pressupondo algum “déficit” cognitivo ou parental da população pobre.

Em suma, cada novo evento me obrigava a reavaliar como e onde me situo no campo. Quando comecei na pesquisa de proteção à infância nos anos 1980, as neurociências ainda não estavam na moda. Aparecendo com mais força nos anos 2010, a presença nos debates deste novo tipo de argumento científico me obrigou a repensar quando e como me posicionar. É dentro desse emaranhado que devo estar constantemente repensando meu alvo e as estratégias para chegar lá. Devo calcular quando uma provocação crítica vinda de uma pesquisadora acadêmica pode ser produtiva e quando vai soar pedante ou paternalista – afugentando os interlocutores em vez de aproximá-los – e quando o procedimento mais ético e eficaz é fortalecer elos, alimentando discretamente os argumentos dos aliados. Ironicamente, perceber meu engajamento como algo arraigado numa rede cada vez mais ampla acaba por aumentar antes do que aliviar o peso de minha própria responsabilidade.

AS REDES DA PANDEMIA

Como assinalado por diversos colegas (Maluf e Andrade, 2017; Fleischer, 2015, 2022; Knauth e Meinerz, 2015), há muitas maneiras do pesquisador fazer uma devolução para a comunidade envolvida no estudo. Porém, deve ser evidente a essa altura por que tenho dificuldade em limitar o retorno da pesquisa à devolução direta à comunidade, considerando a aprovação por (sempre uma pequena parte dos) interlocutores como principal medida da ética da pesquisa. Há algo nessa percepção tomalá-dá-cá que lembra o raciocínio mercantil, como se o valor do “produto” pudesse ser estabelecido de uma vez para todos, medido conforme a satisfação do consumidor.



Falar em rede evoca um processo mais amplo e de mais longa duração – algo enfim característico do próprio empreendimento científico. Todos nós, no decorrer da pesquisa, temos muitas interlocuções com a sociedade civil. Participamos de conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas, reuniões de bairro e de muitas outras instâncias. Mas o que sobra após a publicação dos artigos, a dispersão dos membros da equipe, a mudança do foco de estudo e a completa alteração do contexto político e institucional? O tempo anda, os anos passam, e às vezes temos a impressão de que nossas antigas pesquisas se desatualizaram a ponto de perder qualquer relevância para os atores contemporâneos.

Gostaria de acrescentar uma especificidade temporal à reflexão acerca de onde falo nesse momento. Na época ainda muito recente da pandemia, eu e meus colegas fomos obrigados a viver longos meses de isolamento social, sem possibilidade de realizar o tipo de pesquisa de campo com a qual estamos acostumados. Paradoxalmente, essa situação provocou novas perspectivas sobre as consequências potenciais de nossas pesquisas. Não obstante as terríveis desigualdades de acesso às tecnologias digitais (Mazon, 2021), parece que, graças à facilidade e o baixo custo das *lives* via Zoom e outras plataformas, a pandemia propiciou o diálogo entre movimentos sociais, gestores públicos e pesquisadores, estimulando um tipo de reflexividade intensiva sobre o lugar de cada um no cenário público.

Nunca recebi, nem antes, nem depois, tantas solicitações – e de tantos “lugares” diferentes – para ser parceira de diálogo. Foi assim que me dei conta de como as alianças políticas estavam se redesenhando e se fortalecendo durante esse período para, em nome da justiça reprodutiva, levar adiante o combate contra a violência que pesa historicamente sobre famílias pobres e não brancas. Descobri, de repente, que uma nova geração extremamente dinâmica de pesquisadores e ativistas estava focalizando as maternidades hospitalares, documentando o que parecia ser uma onda crescente de retiradas compulsórias de recém-nascidos de suas mães – mulheres indígenas, negras ou simplesmente “em situação de grande vulnerabilidade” (ver, por exemplo, Gomes, 2017). Agora, entre os críticos indignados que se expressavam na tela do meu computador, via muitas pessoas – incluindo psicólogos e assistentes sociais do próprio judiciário – tão engajadas no combate à discriminação quanto eu. Encontrava uma presença expressiva dos próprios sujeitos de discriminação – pessoas não brancas, de origem humilde, mães destituídas de seus filhos – dando depoimentos poderosos para uma plateia ampla. Em debates que integravam atores bem mais diversos do que se encontra normalmente nos fóruns de legisladores e funcionários jurídicos, eles traziam propostas ousadas exigindo reforma das políticas e das próprias leis do país.



Na área da adoção, por exemplo, durante a pandemia, ficou patente uma rede de ativistas e profissionais voltados para possibilidades da “adoção aberta” – um procedimento legal que manteria, junto dos plenos direitos e obrigações da família adotiva, o reconhecimento das famílias de origem, propiciando um fluxo de informações (e até contato) entre todos os atores envolvidos (Melo, 2021; Fonseca, 2022). Em outra frente, o Conselho Nacional de Justiça estava refazendo a infraestrutura que rege o sistema de proteção à infância, recrutando um time composto em grande medida de antropólogos para ajudar a registrar não só informações mais fidedignas das práticas reais, mas também para pensar políticas de convivência familiar mais equilibradas. Nesse período, surgiu também um movimento incipiente de jovens adultos adotados na infância – “Filhos adotivos do Brasil” – que passaram a reivindicar um papel na reformulação das políticas atuais. Tudo isso – sem falar de toda uma nova geração de estudantes, de Manaus ao Chuí – se enredando nas discussões sobre famílias pobres, indígenas e quilombolas, e dedicando atenção às disputas com o poder público sobre o direito dessas populações vulnerabilizadas de criar seus filhos. No meio de tais discussões, dei-me conta de que alguns textos meus de anos atrás faziam parte de um *corpus* de literatura que inspirava essa nova geração de estudantes e ativistas. Seu interesse em meu trabalho não só me instigou a reexaminar algumas ideias antigas, mas também me obrigou a perceber e adentrar a reflexão rica, profunda e diversa de outros autores deste *corpus*, observando como as ideias vão ricocheteando de forma inovadora.

Essa é a vantagem da reflexividade via rede: desestabilizar as ideias fixas, subvertendo o raciocínio determinista, estanque e linear. Numa espécie de democracia radical, a rede se esquiva às hierarquias topológicas e temporais usuais. Ao colocar os elementos lado a lado no mesmo plano, não só corrói a pretensa superioridade do saber acadêmico, como permite rever a relação entre as diferentes etapas da pesquisa – projeto, campo, escrita, devolução e, finalmente, os “rastros”. De fato, assim entendo, a rede é uma maneira de visualizar como as etapas de pesquisa se esquivam do tempo cronológico, dobrando-se para frente e para trás. Não há lugar, nesse esquema, para a arrogância de um “Eureka!” e, muito menos, de um “Ufa! Consegui me posicionar de forma ética”. Novos acontecimentos podem produzir uma resignificação de todos os esforços anteriores, exigindo uma retomada de cima para baixo do trabalho.

Tal entendimento, longe de provocar frustração, permite uma conclusão otimista. Nessa retomada de tudo que veio antes, ajudada pelas redes durante a pandemia, algo extraordinário aconteceu. Aquela causa que, antes, me parecia tão frágil, na qual – numa perspectiva individualista – me sentia o próprio Dom Quixote, lutando



contra moinhos de vento, começava a assumir novas tintas. E logo quando pensamos que, para formarmos blocos politicamente potentes, teríamos de aprender a entrar num passo cientificista enfeitado por grandes números e belas imagens, descobrimos um vasto universo de pessoas que “se importam”, como nós, com narrativas do particular, do local, enfim, das práticas na vida real. Essas pessoas – profissionais, ativistas, pesquisadores de todas as áreas – querem incorporar numa frente comum os resultados da pesquisa etnográfica para assim melhor dirigir suas práticas e estratégias de intervenção. Quando nos tornamos conscientes dessa agregação dos fragmentos da rede, passamos a melhor visualizar os rastros de nossas pesquisas, reconhecendo um bloco impressionante de atores capaz não só de encorajar a capacidade de se autoquestionar, como também de, juntos, manterem-se firmes na procura por meios mais justos de agir e intervir na realidade.



REFERÊNCIAS

BELLACASA, Maria Puig de la. Matters of care in technoscience: Assembling neglected things. **Social Studies of Science**, 41(1), p. 85–106, 2010.

DUMIT, Joseph. **Picturing Personhood: Brain Scans and Biomedical Identity**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2004.

FERREIRA, Jaqueline; BRANDÃO, Elaine (org.). **Reflexividades na pesquisa antropológica em saúde: desafios e contribuições para a formação de novos pesquisadores**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2021.

FLEISCHER, Soraya. Autoria, subjetividade e poder: devolução de dados em um centro de saúde na Guariroba (Ceilândia/DF). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20 n. 9, p. 2649–2658, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232015209.03312015>. Acesso em: 20 set. 2024.

FLEISCHER, Soraya. “Ciência é luta”: devolução das pesquisas sobre o vírus zika em Recife – PE. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 24, n. 3, e84126, p. 5-27, set. 2022.

FONSECA, Claudia. Crianças, seus cérebros... e além: Reflexões em torno de uma ética feminista de pesquisa. **Revista de Estudos Feministas**, v. 27, n. 2, e56169, p. 1-14, 2019.

FONSECA, Mariana Lamassa. **Debates contemporâneos sobre adoção aberta: possibilidades para o Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

GILLIES, Val; EDWARDS, Rosalind; HORSLEY, Nicola. **Challenging the Politics of Early Intervention: Who’s ‘Saving’ Children and Why**. Bristol; Chicago: Policy Press, 2017.

GOMES, Janaina (coord.). 2017. **Primeira infância e maternidade nas ruas de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Lampião Conteúdo e Conhecimento, 2017.

GREGORIO GIL, Carmen. 2006. Contribuciones feministas a problemas epistemológicos de la disciplina antropológica: representación y relaciones de poder. **AIBR – Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 1, n. 1, p. 22-39, enero-febrero 2006.

GUPTA, Akhil; FERGUSON, James. ‘The field’ as site, method, and location in anthropology. In: **Anthropological Locations: Boundaries and Grounds of a Field Science**. Berkeley: University of California Press, 1997.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, IFCH/Unicamp, Campinas, n. 5, p. 7-42, 1995 (1988).

KJØRHOLT, Anne-Trine; PENN, Helen (eds.). **Early Childhood and Development Work: Theories, Policies, and Practices**. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2019.

KNAUTH, Daniela; MEINERZ, Nadia. Reflexões acerca da devolução dos dados na pesquisa antropológica sobre saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 9, p. 2659-2666, 2015.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**.



Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEE, Ellie et al. (eds.). **Parenting Culture Studies**. Basingstoke; New York: Palgrave Macmillan, 2014.

MACVARISH, Jan. **Neuroparenting: The Expert Invasion of Family Life**. London: Palgrave & Macmillan, 2016.

MACVARISH, Jan; LEE, Ellie; LOWE, Pam. The “First Three Years” Movement and the Infant Brain: A Review of Critiques. **Sociology Compass**, v. 8, n. 6, p. 792–804, 2014.

MALUF, Sônia Weidner; ANDRADE, Ana Paula Müller. Entre políticas públicas e experiências sociais: impactos da pesquisa etnográfica no campo da saúde mental e suas múltiplas devoluções. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, p. 171-182, jan.-mar 2017.

MARCUS, George. **Ethnography through Thick and Thin**. Princeton: Princeton University Press, 1998.

MAZON, Elana. “Falta de internet ou acesso precário afetam mais pobres e potencializam desigualdades”. **Gaúcha Zero Hora**, 26 jun. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2021/06/falta-de-internet-ou-aceso-precario-afetam-mais-pobres-e-potencializam-desigualdades-ckqcuwywnoap-0180sp3ytrjd.html>. Acesso em: 20 set. 2024.

MELO, Eduardo Rezende. Adoção com contato e direitos da criança e do adolescente: uma problematização de paradigmas. In: VIEIRA, M. de M.; BARCELOS, P. T. R. (org.). **Direitos da criança e do adolescente: o direito à convivência familiar em foco**. São Paulo: Editora D’Placido, 2021, p. 169-216.

MOL, Annemarie; MOSER, Ingunn; POLS, Jeannette. **Care in Practice On Tinkering in Clinics, Homes and Farms**. Amsterdam: Transcript Publishing, 2010.

MOL, Annemarie. **The Logic of Care: Health and the Problem of Patient Choice**. New York: Routledge, 2008.

PENN, Helen. Travelling policies and global buzzwords: How international non-governmental organizations and charities spread the word about early childhood in the global South. **Childhood**, v. 18, n. 1, p. 94–113, 2011.

ROHDEN, Fabiola. Notas para uma antropologia a partir da produção do conhecimento, os usos das ciências, intervenções e articulações heterogêneas. In: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola; MACHADO, Paula Sandrine (org.). **Ciências na Vida: Antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

ROSE, Nikolas. **Neuro: The New Brain Sciences and the Management of the Mind**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

ROSTAGNOL, Suzana. Antropologia Feminista o cuando el adjetivo se torna sustantivo. **Revista Feminismos**, v. 6, n. 1, p. 117-126, 2018.

SCHEIDECKER, Gabriel et al. “Poor brain development” in the global South? Challenging the science of early childhood interventions. **Ethos**, v. 51, n. 1, p. 1-24, 2023. Disponível em: doi.org/10.1111/etho.12379 Acesso em: 20 set. 2024.



SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theopholis (org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.

WILLIAMS, Zoe. Is misused neuroscience defining early years and child protection policy? **The Guardian**, 26 abr. 2014. Disponível em: <https://www.theguardian.com/education/2014/apr/26/misused-neuroscience-defining-child-protection-policy>. Acesso em: 20 set. 2024.

